



Ata n.º 7

No dia dois de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Atos da Escola Secundária Severim de Faria, do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, a sétima reunião do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um: Aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto Dois: Intervenção da Diretora do Agrupamento de Escolas Severim de Faria; -----

Ponto Três: Apresentação do Projeto "Viver Évora: Respostas Integradas para o Futuro. PRI-Évora" – Fundação UNITATE; -----

Ponto Quatro: Apresentação e emissão de parecer ao Plano Intermunicipal de Transporte Escolar do Alentejo Central - PITEAC 2024/2025; -----

Ponto Cinco: Aprovação do Reajustamento do Plano Municipal de Transporte Escolar 2023/2024 e do Plano Municipal de Transporte Escolar 2024/2025; -----

Ponto Seis: Informação sobre o Funcionamento do Sistema Educativo

Ponto Sete: Outros assuntos; -----

Foi convidada a participar nesta reunião a Fundação UNITATE e a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. -----

O Vice-Presidente e Vereador do Pelouro da Educação, Alexandre Varela, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, saudou e agradeceu aos conselheiros e às conselheiras a sua presença, dando início à Ordem de Trabalhos definida para a reunião. -----

No Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a Ata da reunião anterior, que havia sido previamente enviada por correio eletrónico, foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos presentes na reunião. -----

Passando ao Ponto Dois, o Vereador Alexandre Varela agradeceu ao Agrupamento de Escolas Severim de Faria e reforçou o agradecimento a todos os outros agrupamentos que têm vindo a disponibilizar as suas instalações para realização das reuniões do Conselho Municipal de Educação. Reforçou a importância de se ter uma visão alargada do trabalho que os Agrupamentos de Escolas desenvolvem. Frisou, ainda, que outros membros do Conselho Municipal de Educação também terão a possibilidade de realizar nas suas instalações estas reuniões. Seguidamente deu a palavra à Sr.ª Diretora do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, Dr.ª Ana Pires Fernandes, que começou por dar as boas-vindas aos conselheiros e às conselheiras e agradeceu à Câmara Municipal por ter escolhido o seu Agrupamento de Escolas para realização da reunião do órgão. A Dr.ª Ana Pires Fernandes iniciou a apresentação do Agrupamento de Escolas com um vídeo sobre a constituição do agrupamento, tendo o mesmo sido elaborado com os alunos. O Agrupamento de Escolas Severim de Faria é composto por nove estabelecimentos de educação e ensino: Jardim de Infância de São Sebastião da Giesteira (1

Lu
V. P.
Marinho

P
M. S. S.
A.

sala – 18 crianças), Jardim de Infância Água de Lupe (1 sala – 5 crianças), Escola Básica de São Sebastião da Giesteira (2 turmas – 22 alunos), Escola Básica de São Manços (2 turmas – 33 alunos), Escola Básica do Bairro de Almeirim (3 turmas – 62 alunos), Escola Básica de São Mamede (8 turmas – 208 alunos), Escola Básica Horta das Figueiras (4 turmas – 92 alunos), Escola Básica de Santa Clara (21 turmas – 401 alunos) e Escola Secundária Severim de Faria (42 turmas – 906 alunos). O Agrupamento de Escolas tem 1766 alunos, mais 175 alunos que no ano letivo anterior. No ano letivo 2024/2025 perspetiva-se a abertura de mais uma sala na Escola Básica do Bairro de Almeirim e uma turma de 10.º ano na Escola Secundária Severim de Faria. As áreas prioritárias de intervenção continuam a ser: os espaços e equipamentos; projetos e atividades; continuação com atividade de reforço da identidade e da projeção do Agrupamento; e promoção do sucesso: agilização dos mecanismos de recuperação das aprendizagens, reforço e otimização das medidas de apoio e de acompanhamento dos alunos com mais dificuldades. Os projetos e atividades desenvolvidos ao longo do presente ano letivo foram: Inspiring Future; Mind Train; Segurança Rodoviária; PES; programas de Mobilidade Erasmus+; Ecoescolas; Ciência Viva; Projeto Horizonte; Parlamento dos Jovens; entre outros. Por último, a Dr.ª Ana Pires Fernandes falou sobre os espaços e equipamentos, mais concretamente sobre o trabalho realizado e previsto. Referiu a requalificação do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária Severim de Faria e da Escola Básica de Santa Clara, disse que continuarão a insistir nas obras de recuperação nas salas de EV da Escola Básica de Santa Clara, nas quais ainda falta algum trabalho, e que vão ter, no início do próximo ano letivo, a nova central telefónica a funcionar. A reestruturação, nesta escola, é apenas um investimento para que o espaço esteja agradável no começo do ano letivo. Na Escola Básica do Bairro de Almeirim irá ser criada mais uma sala, sendo esta no espaço onde é a Biblioteca e espera que seja criado um espaço modular no recreio, onde será criada a nova Biblioteca. É intenção do Agrupamento criar um circuito no espaço verde da Escola Secundária Severim de Faria, que facilite aulas práticas de desporto e outro tipo de atividades e que a comunidade educativa possa usufruir do espaço como um pequeno circuito de manutenção. O Agrupamento continuará a insistir na requalificação dos espaços exteriores. -----

O Vereador Alexandre Varela agradeceu a intervenção, dizendo que é importante que todos tenhamos consciência do que é feito e das condições, sendo óbvio que existem dificuldades e desafios associados. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Araújo, pediu a palavra para agradecer a intervenção da Diretora do Agrupamento de Escolas Severim de Faria e agradecer a colaboração que as escolas deram à Assembleia Municipal Jovem realizada em abril. Salientou que foi a primeira vez que a iniciativa se realizou, sendo um sucesso e que esta é uma forma de levar os jovens a participar ativamente nas questões públicas do Município. Disse que os jovens falaram de temas muito interessantes, mostrando maturidade na apresentação e discussão dos temas, o que o deixou impressionado. Terminou dizendo que espera contar com todos numa reedição da Assembleia Municipal Jovem. -----

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like "P", "h", "N", "A.", "elavinda", "Braz", and "A".

Relativamente ao Ponto Três, Apresentação do Projeto "Viver Évora: Respostas Integradas para o Futuro. PRI - Évora", o Vereador Alexandre Varela agradeceu a presença do Dr. Tiago Abalroado, Presidente do Conselho de Administração da Fundação UNITATE. Deu nota que este projeto está disponível no concelho de Évora e que resulta de uma candidatura, em que a UNITATE se encontra a desenvolver um plano relacionado com a sensibilização para o consumo de drogas e outros tipos de consumo de substâncias, bem como outras dependências. O projeto conta com a parceria do CRI-AC - Centro de Resposta Integradas do Alentejo Central, que também presta um importante contributo nesta área, na medida em que o CRI tem uma vasta experiência e conhecimento. Disse que esta apresentação já foi feita no CLASE - Conselho Local de Ação Social de Évora e que se entendeu trazê-la também ao Conselho Municipal de Educação, porque há um conjunto de realidades que se relacionam e é importante que as escolas, os conselheiros e as conselheiras tivessem conhecimento daquilo que se poderá vir a fazer no futuro. -----

O Dr. Tiago Abalroado começou por agradecer o convite e apresentar a sua equipa ali presente, a Dr.ª Márcia Gaisita (Assistente Social), a Dr.ª Patrícia Canhoto (Psicóloga Clínica) e o Dr. Rui Barradas (Coordenador do Projeto). Iniciou a apresentação dizendo que o projeto se designa de PRI – Programa de Resposta Integradas, ao qual chamam "Viver Évora – Respostas Integradas para o Futuro", o mesmo resulta de uma candidatura da Fundação UNITATE a um programa de respostas integradas que foi lançado pelo ICAD - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, que desafiou o concelho de Évora, mais concretamente as freguesias urbanas de Évora a poderem ser beneficiadas de um PRI - Programa de Respostas Integradas. Esclareceu que houve duas candidaturas na cidade, uma apresentada pela UNITATE e outra por outra organização, e que depois de aplicados os critérios de desempate e de seriação, ficou a UNITATE em primeiro lugar. O foco do projeto são as freguesias urbanas da cidade de Évora, sem prejuízo de poderem ser desenvolvidas ações com outras freguesias do concelho, nomeadamente as freguesias rurais. Nesse contexto, as ações não poderão entrar para indicadores de resultados do projeto, o que não significa que não sejam concretizadas. O projeto tem a duração de dois anos, mas poderá continuar ou não no que se refere à intervenção terapêutica. -----

O Dr. Tiago Abalroado explicou que o projeto tem um conjunto de ações que se dividem em subações, nomeadamente: -----

➤ Conhecer para intervir – Comportamentos Aditivos -----

Ação 1 – Seminários Educativos para Escolas e IPSS -----

Ação 2 – Seminários para Profissionais de Saúde -----

Ação 3 – Campanhas de informação nas redes sociais -----

Ação 4 – Trabalho em Rede – Grupo de Trabalho -----

➤ Apoio ao teu lado/ponto de viragem -----

Ação 5 – Gabinete de Apoio Psicossocial -----

- Ação 6 – Sessão de Terapia Individual -----
 ➤ Ferramentas para o Futuro -----
Ação 7 – Ciclos de Workshops -----
Ação 8 – Curso de Capacitação para as Comunidades Educativas -----
Ação 9 – Sessões de Coaching e Mentoria -----
 ➤ Évora em Ação – Aprender Brincando -----
Ação 10 – Oficina de Artes e Expressão Criativa -----
 ➤ Prevenir para crescer -----
Ação 11 – Campanha de Sensibilização nas redes sociais -----
Ação 12 – Campanha de Prevenção/Sensibilização -----
Ação 13 – Ações de sensibilização em Escolas e na Universidade -----
 ➤ Rumo ao Futuro -----
Ação 14 – Feira das Profissões para Jovens -----
 ➤ Educar para a mudança -----
Ação 15 – Seminários de Educação Positiva -----
 ➤ Programas de Formação -----
Ação 16 – Atividades em Família ao ar livre -----

Para finalizar, o Dr. Tiago Abalroado demonstrou disponibilidade total da Fundação UNITATE para colaboração com as instituições, para que se possa aproveitar o financiamento como uma via de utilidade para as prioridades de todos. -----

O Vereador Alexandre Varela acrescentou que existe uma abrangência bastante grande dentro do domínio das adições e dependências e há disponibilidade para elaboração de um plano de ação direcionado para as necessidades que se colocam. Assim, as entidades do setor da educação e todas as outras entidades com competências em matéria de educação poderiam contribuir e gizar um plano de ação realista e integrado, que mereça uma nova intervenção concelhia nas freguesias urbanas, sem prejuízo para outras ações que possam vir a ser realizadas nas freguesias rurais. -----

Pedi a palavra a Enf.ª Rosa Silvério, representante dos serviços públicos de saúde, para perguntar se o projeto se iria realizar por dois anos letivos ou civis. Disse que vê interesse em haver uma articulação do projeto com a Saúde Escolar para não se sobreponem intervenções e se rentabilizar o melhor possível o que existe, uma vez que a intervenção da Saúde Escolar incide nos quatro agrupamentos de escolas e na escola Salesiana. -----

O Dr. Tiago Abalroado respondeu que o projeto é por ano civil, tendo começado em abril de 2024 e vai até abril de 2026 e que correndo bem têm a perspetiva de ser renovado. Disse ainda que em conjunto com as entidades poder-se-ia tentar perceber em que medida e qual a melhor forma de operacionalizar o planeamento de um grupo de trabalho ou de outra forma que faça sentido idealizar estas ações em conjunto. -----

O Vereador Alexandre Varela encerrou o ponto, dizendo que seria importante fazer uma abordagem sobre o projeto junto dos jovens no Conselho Municipal de Juventude. -----

Prosseguindo para o Ponto Quatro - Apresentação e emissão de parecer ao Plano Intermunicipal de Transporte Escolar do Alentejo Central - PITEAC 2024/2025, que foi previamente enviado por correio eletrónico, o Vereador Alexandre Varela explicou que a competência em termos de transportes interurbanos foi delegada pelos municípios na CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. A CIMAC é a concedente no concurso e contrato de concessão de transportes públicos interurbanos, que foi feito com a empresa TAC - Transportes do Alentejo Central, S.A. Todos os anos é necessário parecer do Conselho Municipal de Educação ao PITEAC e por essa razão a Dr.ª Daniela Guerreiro, representante da CIMAC, se encontraria ali presente para fazer a apresentação do documento. -----

A Dr.ª Daniela Guerreiro agradecendo o convite, passou a uma breve apresentação do Plano Intermunicipal de Transporte Escolar do Alentejo Central para o ano letivo 2024/2025, incidido no Município de Évora. O plano é elaborado ao abrigo do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais e que refere no seu artigo 21º que sempre que existam estabelecimentos de influência supramunicipal, compete ao secretariado executivo intermunicipal a elaboração do plano e a sua respetiva aprovação no Conselho Intermunicipal até dia 1 de agosto de cada ano. Ao nível da metodologia do plano, segue sempre a mesma linha, que consiste na recolha de um conjunto alargado de informação junto de cada um dos municípios. A CIMAC elaborou o plano que foi enviado a todos os municípios para uma primeira validação e aprovação nos seus conselhos municipais de educação, de onde se recolhem os contributos que integrarão a versão final do PITEAC, que irá a Conselho Intermunicipal. Ao nível dos estabelecimentos de ensino de influência supramunicipal na região Alentejo, dos 14 municípios que o constituem, 12 têm estabelecimentos que acolhem alunos vindo de outros concelhos, sendo o destaque para o Município de Évora que é o que recebe mais alunos vindos de outros concelhos. O regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino foi colocado no PITEAC porque têm vindo a verificar que alguns estabelecimentos funcionam em regime trimestral e outros em regime semestral, o que faz com que as pausas letivas não sejam totalmente coincidentes. A CIMAC tem verificado uma necessidade de ajustar a rede, para dar resposta às pausas letivas dos estabelecimentos que funcionam em regime semestral. Os fluxos intermunicipais agregam todos os municípios, bem como os alunos que se deslocam quer em transporte coletivo rodoviário quer nos circuitos especiais. No caso do Município de Évora há um total de 38 alunos que saem do concelho para estudar, com exceção de um aluno que vai para Estremoz, os restantes serão por proximidade geográfica ao concelho vizinho. Relativamente à modalidade de transporte, a grande maioria dos alunos circula na rede da TPAC - Serviço Público de Transporte de Passageiros do Alentejo Central e outros alunos através dos circuitos especiais. A título informativo foi dada nota que a rede de transporte coletivo rodoviário dispõe de 152

linhas, que equivale a uma extensão de 5634 km, sendo que estas linhas se dividem em inter-regionais, intermunicipais e municipais. -----

Os circuitos especiais previstos no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, são competência dos municípios e devem ser criados sempre que os meios de transporte coletivo rodoviário não satisfaçam regularmente as necessidades de transporte ou que impliquem, para os alunos, tempos de espera superiores a 45 minutos ou deslocações superiores a 60 minutos. É, ainda, da competência dos municípios assegurar o transporte de alunos com necessidades específicas individuais. Ao nível dos circuitos especiais, Évora assegura o transporte de nove alunos na sua maioria através de viatura de junta de freguesia, com exceção de um aluno através de táxi. -----

Relativamente aos custos, com a publicação da Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, todos os alunos, independentemente do local onde estudam, passaram a beneficiar da gratuidade do transporte escolar, o que aliviou os custos que os municípios tinham com o transporte escolar. Neste sentido, na elaboração do PITEAC não foi solicitado aos municípios a estimativa de custos com os títulos de transporte escolar porque o pagamento dos passes passou a ser assegurado pela DGTF. Portanto ao nível dos custos com os circuitos especiais e olhando apenas para o Município de Évora, considerando os dados declarados no ano letivo transato, estima-se que se possam gastar 22.474,80€ em transporte através de circuitos especiais. Para terminar, a Dr.ª Daniela Guerreiro informou que a CIMAC colocou nos anexos do PITEAC 2024/2025 a listagem das linhas, dos horários e das manchas horárias de todos os alunos que saem para fora do seu concelho para outros municípios. -----

O Dr. Manuel Cabeça, Diretor do Agrupamento Manuel Ferreira Patrício, deu conhecimento que o seu agrupamento, no próximo ano letivo, estenderá o seu horário de funcionamento até às 18h00 e questionou a CIMAC sobre o que estaria a ser pensado no âmbito da resposta do desajustamento face às organizações das escolas entre trimestres e semestres. -----

A Dr.ª Daniela Guerreiro esclareceu que normalmente é por via dos municípios que recebem a informação das manchas horárias e do regime de funcionamento dos agrupamentos. A informação sobre os dias em que para o Operador é período não letivo mas a escola necessita de assegurar o transporte, deve ser encaminhada à CIMAC para articulação com o Operador e o que tentam fazer é assegurar a resposta de transporte. Como se trata de Km adicionais além do que está estabelecido no contrato de concessão, os custos recaem sobre os municípios. -----

O Professor Emanuel Silveira, representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, pediu a palavra para salientar que o transporte público coletivo rodoviário não dá a devida resposta aos alunos que frequentam o ensino profissional, uma vez que os horários das carreiras interurbanas não são totalmente compatíveis com o horário escolar do referidos alunos, verificando-se também o problema do final do ano letivo, em que estes alunos terminam as aulas depois dos alunos que frequentam o ensino regular e o transporte público entra em regime de período não escolar. Os alunos do ensino profissional ficam sem resposta de transporte. -----

A Dr.ª Daniela Guerreiro esclareceu que não é fácil o Operador estender o trabalho e que muitas vezes se fala de dois ou três alunos, o que não é sustentável para o município pagar os km, seria muito mais vantajoso fazer um circuito especial. Apesar da gratuidade dos passes, é com base no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que se trabalha e o ensino profissional não está lá refletido, apenas o pré-escolar, o ensino básico e secundário. Não está bem definido quem tem a competência do ensino profissional, mas é extremamente difícil manter todo o ano o mesmo tipo de circulação de autocarros. A representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, Dr.ª Paula Caeiro, disse que apesar dos constrangimentos já referidos no ano passado, ficou contente pelo facto do PITEAC 2024/2025 fazer referência ao ensino profissional fora da rede escolar. -----

O representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Dr. Nuno Cabral, reforçou que há um ano atrás debatía-se a mesma situação dos alunos do ensino profissional, que aliás estão dentro da escolaridade obrigatória. Cada vez há mais alunos no ensino profissional e a tendência, até por políticas públicas, será o aumento destes alunos. Sugeriu comunicar-se a situação ao Ministério, porque não faz sentido todos os anos se continuar a debater que os alunos do ensino profissional estão fora do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e acrescentou que poderia haver uma adenda ao contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros. -----

A representante da CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Dr.ª Maria Teresa Godinho, referiu que em termos de políticas públicas o objetivo é atingir a meta dos 50% dos alunos em ensino profissional e que a escolaridade é obrigatória até aos 18 anos, sendo que o ensino com dupla certificação vai muito mais do que o ensino secundário. O cumprimento dos transportes públicos com base no calendário escolar que está definido para o ensino regular não faz sentido. Se a questão da baixa densidade nos transportes aqui na região é um problema, então este problema é muito mais grave noutros territórios que existem no Alentejo com muito mais baixa densidade, há que se encontrar soluções. -----

Ouvidos os conselheiros e as conselheiras, o Vereador Alexandre Varela respondeu a algumas observações que foram colocadas. A rede de transportes e a frequência da rede é feita em função de variáveis, uma delas é a capacidade que as empresas têm para dar resposta durante todo o ano. Neste território, a densidade populacional é muito baixa, afetando de forma determinante a rede e a forma como são geridos os contratos. Neste caso em particular, o regime de funcionamento dos estabelecimentos em regime trimestral e semestral adiantou-se ao contrato de concessão. O que foi previsto no contrato de concessão foi a existência de nove/dez meses de período letivo normal, mas o sistema educativo tem vindo a introduzir alterações relativamente aquilo que era a formação dos contratos convencionais. A elaboração de uma adenda ao contrato de concessão obrigaria sempre à alteração de alguns pressupostos, o que necessitaria de um novo visto do Tribunal de Contas. Sendo certo que nós não podemos incluir os alunos do ensino profissional porque a lei não o permite, será mais fácil uma comunicação à Assembleia da República para alteração à lei, do que alterar o contrato

de concessão. De facto, há uma realidade que se tem vindo a alterar e a Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, vem refletir um pouco essa alteração com a gratuitidade dos passes para os estudantes até aos 23 anos. -----

O Vereador Alexandre Varela concordou com a possibilidade de se enviar uma exposição ao Governo no sentido de alertar para as questões que foram colocadas. -----

Após apresentação global e discussão do documento PITEAC 2024/2025, o Conselho Municipal de Educação deu parecer favorável à proposta, tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 1 abstenção. -----

Passando seguinte, Ponto Cinco, Aprovação do Reajustamento do Plano Municipal de Transporte Escolar 2023/2024 e do Plano Municipal de Transporte Escolar 2024/2025, o Vereador Alexandre Varela sugeriu que este ponto se desdobrasse em dois pontos: -----

- Ponto 5.1 – Aprovação do Reajustamento do Plano Municipal de Transportes Escolares 2023/2024 -

- Ponto 5.2 – Aprovação do Plano Municipal de Transportes Escolares 2024/2025 -----

Foi dada a palavra à Dr.ª Vicência Cominho, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, para apresentação dos referidos documentos. -----

Procedeu-se à apresentação do Ponto 5.1 relativo ao Reajustamento do Plano Municipal de Transporte Escolar 2023/2024 que foi previamente enviado por correio eletrónico aos membros do órgão. O Plano de Transporte Escolar é elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, antes do início do ano letivo em causa, sendo posteriormente sujeito a reajustamento caso se verifique essa necessidade. Assim, o presente Reajustamento atualiza as necessidades ao nível de transporte escolar que foram surgindo ao longo do ano letivo para transporte dos alunos residentes no concelho de Évora. A rede municipal de transporte escolar integra todos os alunos do ensino básico e secundário que, uma vez interessados neste apoio, residam na área do concelho de Évora, a mais de 3 km da escola da área da residência. Em termos de modalidades de transporte, no ano letivo 2023/2024, a Autarquia recorreu à rentabilização dos transportes públicos (urbanos e interurbanos), seguindo-se a parceria com as Juntas e Uniãoes de Freguesia, a utilização de veículos próprios da Câmara Municipal, havendo ainda a necessidade de recorrer à contratação de serviços junto de empresas de veículos de aluguer. -----

Em relação ao Plano de Transporte Escolar 2023/2024, houve uma grande alteração às normas de funcionamento devido à publicação da Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, que define as condições de atribuição de passes gratuitos para todos os jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP, bem como os procedimentos relativos à sua operacionalização e compensação. O custo global da Rede de Transportes Escolares para o ano letivo 2023/2024 foi revisto pelo Reajustamento em 285.046,41€. A diferença entre o valor previsional do Plano de Transporte Escolar e o do Reajustamento estará associada, principalmente, à redução do número de alunos que efetivamente solicitaram o apoio de transporte escolar através dos transportes públicos interurbanos,

tendo também uma acentuada influência a transição dos passes escolares (urbanos e/ou interurbanos) para os Passes Gratuitos para Jovens Estudantes ao abrigo da Portaria 7-A/2024, de 5 de janeiro. Verificou-se uma redução do número de alunos a transportar em relação ao previsto, passando-se de uma previsão de 529 para 421 alunos (menos 108 alunos). -----

Relativamente aos circuitos especiais através de veículos de aluguer, verificou-se um aumento do número de alunos e dos custos, que se deveu aos circuitos criados para resposta a alunos que frequentam estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico fora da área de residência, devido à inexistência de vagas no estabelecimento de ensino da área de residência. Em relação aos circuitos especiais realizados pelas Juntas de Freguesia também houve um aumento de circuitos para resposta a alunos que frequentam estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas da área de residência, mas que não são os mais próximos devido à inexistência de vagas nestes estabelecimentos e para resposta à incompatibilidade de horários escolares, seja para redução de tempos de espera devido a tardes livres, seja para frequência de aulas de apoio. -----

O Vereador Alexandre Varela colocou a proposta de Reajustamento do Plano Municipal de Transportes Escolares 2023/2024 a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

De seguida, a Dr.ª Vicência Cominho apresentou o Ponto 5.2 respeitante ao Plano Municipal de Transporte Escolar 2024/2025 que também foi previamente enviado por correio eletrónico aos conselheiros e às conselheiras. Referiu que de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o plano de transporte escolar, após discussão e parecer do conselho municipal de educação. -----

O Plano de Transporte Escolar 2024/2025 prevê apenas os circuitos especiais, uma vez que os alunos utilizadores do serviço público de transporte rodoviário (carreiras urbanas e/ou interurbanas) beneficiam da gratuidade dos passes ao abrigo da Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. -----

A Autarquia irá manter as medidas de apoio extraordinário (definidas para além da resposta obrigatória): transporte de alunos de 2.º CEB residentes nas freguesias rurais através das Uniãos e Juntas de Freguesia, facilitando a sua integração em escolas da cidade; reajustamento aos circuitos realizados por Uniãos e Juntas de Freguesia por motivo de incompatibilidade de horários escolares (Tempos de Espera/Aulas de Apoio); criação de circuitos através de Juntas de Freguesia em horários letivos em que não há resposta compatível com os tempos de espera previstos através das carreiras interurbanas; e redução do valor das comparticipações do transporte escolar para com os alunos beneficiários dos escalões A e B de ação social escolar (ASE). -----

A Dr.ª Vicência Cominho concluiu dizendo que o Plano de Transporte Escolar para o ano letivo 2024/2025 prevê a necessidade de transportar 149 alunos dos ensinos básico e secundário da rede pública através de veículos de aluguer e veículos das Juntas de Freguesia/Autarquia e o valor global de investimento estimado é de 228.706,20€, reforçando que caso seja necessário, o Plano será sujeito a reajustamento. -----

O Vereador Alexandre Varela colocou à discussão a proposta do Plano de Transporte Escolar 2024/2025. Não havendo intervenções, o Plano de Transporte Escolar 2024/2025 foi colocado a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Quanto ao Ponto Seis, Informação sobre o Funcionamento do Sistema Educativo, o Vereador Alexandre Varela informou que lamentavelmente não seria apresentado porque a pessoa da DGEstE, responsável pela apresentação, por motivos de saúde não poderia estar presente na reunião, ficando o ponto cancelado. -----

Por último, no Ponto Sete, referente aos Outros Assuntos, o Vereador Alexandre Varela fez um ponto de situação sobre o processo Carta Educativa. Deu conhecimento de que após aprovação do documento em Conselho Municipal de Educação e integradas as propostas dos conselheiros e conselheiras, a Carta Educativa teve parecer favorável do IGEFE e que se encontra a ser preparada para ir a Reunião Pública de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal (em setembro). -----

O Vereador Alexandre Varela deu também conhecimento aos conselheiros e às conselheiras do Programa (Inter)municipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE. Referiu que se tratava de uma candidatura a ser feita pelo município, cuja verba ronda os 142.000,00€ e que a duração da intervenção são 24 meses. Este valor é fixo para todos os municípios e considerando-se que o concelho de Évora tem mais população que outros concelhos, tem mais alunos, tem outras problemáticas com complexidade, a distribuição de recursos poderia ter tido em conta a diferença de realidades entre concelhos. Foi feita uma recolha de dados relativamente aos agrupamentos e aponta-se para que esta intervenção venha a ter lugar num dos agrupamentos. -----

O Vereador Alexandre Varela disse que gostaria de auscultar aos conselheiros e as conselheiras e que os Agrupamentos de Escolas já foram auscultados mas poderiam pronunciar-se novamente sobre o assunto. -----

A Dr.^a Helena Ferro, chefe de Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, acrescentou que o município fez uma reunião, quando ainda não tinha saído o aviso, com os quatro Agrupamentos de Escola e com a Estrutura de Missão do Sucesso Escolar, na qual foram apresentados os indicadores, objetivos físicos e dados quantitativos relativamente aos dados da taxa de retenção e de desistência. Um dado muito importante sob o qual a Estrutura de Missão estava mais focada e com preocupação foram os alunos com Escalão A da Ação Social Escolar (ASE). Foi explicado ao município que um dos grandes objetivos deste aviso é a promoção do sucesso escolar na situação de vulnerabilidade social económica e financeira. De facto, onde se verificou a maior taxa de retenção e desistência foi no Agrupamento de Escolas Severim de Faria. O Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício tem o maior número de alunos com Escalão A da ASE mas os resultados do sucesso escolar aproximam-se dos alunos que não têm escalão. No dia da reunião, a Estrutura de Missão também disse que a questão do Agrupamento de Escolas Manuel Patrício é um caso extremamente interessante porque é um território TEIP e tem uma equipa multidisciplinar muito mais robusta do que qualquer um outro

agrupamento mas na verdade é que os recursos foram bem utilizados. O ideal seria ter uma equipa (psicologia educacional e terapia da fala) que completasse as Equipas Multidisciplinares dos quatro agrupamentos mas a verba não é suficiente para essa intervenção. Uma das novidades deste aviso é que ou se prova efetivamente o sucesso na intervenção e os indicadores mudam ou a verba tem que se devolvida. Assim, qualquer trabalho que se venha a fazer, tem que ser com uma grande envolvimento dos agrupamentos e dos pares. -----

O Vereador Alexandre Varela referiu que dever-se-á gerir os recursos da melhor forma possível e encontrar critérios objetivos, mensurados e mensuráveis. -----

A Dr.ª Maria Teresa Godinho disse que seria útil em cada agrupamento haver uma análise dos recursos que há disponíveis com enfoque nesta área. Deu o exemplo das IPSS que têm os centros de recursos para a inclusão que não podem ser só vistos como "os terapeutas que vão à escola fazer os apoios alunos com necessidades educativas específicas". Se lermos o decreto-lei sobre a escola inclusiva e pelo qual os centros de recursos para a inclusão trabalham, é um âmbito muito mais alargado. Podem ser feitas sinergias que podem resultar de forma positiva. Outra questão que referiu é perceber como é que o Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício atinge os resultados e seria importante haver uma disseminação sobre a forma como trabalha, sendo uma referência para outros. Ao nível dos terapeutas da fala, disse que é extremamente difícil encontrar estes terapeutas. Também poderia ser feita uma recomendatória para que o Ministério e o Ensino Superior promovam a formação de terapeutas da fala. -----

Sobre a questão da Dr.ª Maria Teresa Godinho relativa à escola Manuel Ferreira Patrício, o Dr. Manuel Cabeça referiu que já houve tempos em que estas situações eram discutidas ao nível do concelho de Évora e eram trocadas experiências e práticas muitas vezes ao nível dos professores e de escolas. Mais do que partilhar é ouvir perspetivas. Há coisas muito boas mesmo em escolas problemáticas e a Manuel Ferreira Patrício é uma delas, seria interessante este Conselho Municipal de Educação promover e aferir aquilo que é feito e dar conta daquilo que é feito no concelho de Évora relativamente às escolas, desde o pré-escolar até ao ensino profissional. -----

No seu entendimento e enquanto escola e agrupamento, a resposta mais adequada seria que este programa se conseguisse pensar numa lógica municipal e interagrupamentos. O agrupamento tem respostas neste momento, em função do voluntariado que existe entre os seus técnicos e a Câmara Municipal no sentido de dar respostas sociais. Poder-se-ia criar uma estrutura municipal para dar resposta não a um, mas a todos os agrupamentos, desde o acolhimento às novas famílias que chegam à cidade de Évora, retirar a ação digital dos intervalos e colocarem-se animações sociais, técnicos que podiam ajudar as diferentes realidades sociais, entre outras..., poderia ser o PEL entre a dimensão formal e não formal. Concluiu dizendo que é defensor que o Programa (Inter)municipal de Promoção do Sucesso Escolar deva dar resposta à cidade e não apenas a um agrupamento. -----

O Professor José Figueira, representante do pessoal do ensino secundário público, questionou se a informação sobre o Programa (Inter)municipal de Promoção do Sucesso Escolar havia sido enviada aos conselheiros e qual o universo a que se referem os dados apresentados. Disse, ainda, que os dados apresentados relativos ao ano letivo 2021/2022 coincidem com a pandemia e que deveriam ser considerados dados mais recentes (pós pandemia) e ter uma amostragem relativamente significativa.

Foi prestado esclarecimento pela Dr.ª Helena Ferro que o assunto foi enviado às direções dos agrupamentos de escolas aquando da reunião com a Estrutura de Missão e que o universo a que se referem os dados apresentados são os alunos do ensino obrigatório, desde o 1.º CEB ao ensino secundário, do Escalão A da ASE. -----

O Dr. Nuno Cabral sugeriu ao município que fossem utilizados os últimos dados da DGEEC das Estatísticas da Educação de 2022/2023 e disse que os mesmos haviam sido divulgados na passada sexta-feira. -----

Na sequência do sugerido pelo conselheiro Dr. Nuno Cabral, a Dr.ª Helena Ferro esclareceu que da parte do município já tinha havido essa solicitação à DGEEC mas que à data do Conselho Municipal de Educação não foi possível disponibilizar dados por unidade orgânica. -----

A Dr.ª Ana Pires Fernandes interveio dizendo que os dados apresentados relativos ao ano letivo 2021/2022 poderão não corresponder à realidade atual, uma vez que nestes dois últimos anos letivos têm vindo a trabalhar numa outra visão e ótica de agrupamento com apoios tutoriais específicos e salas multidisciplinares para colmatar as dificuldades. Referiu que os resultados do secundário estão muito semelhantes nas escolas secundárias, ou seja, a taxa de retenção está muito próxima e não nos podemos focar nos resultados apenas do 1.º CEB. -----

Concluídas as intervenções, o Vereador Alexandre Varela disse que queria dar conhecimento daquilo que se estava a procurar fazer mas também auscultar o Conselho Municipal de Educação. Apresentou as suas desculpas por a informação sobre o programa não ter chegado a todos antecipadamente. Foi proposto o envio da informação sobre o Programa (Inter)municipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE a todos os conselheiros e conselheiras, convidando todos e todas a refletir de forma articulada e integrada sobre este programa e em como podemos afetar os recursos e solicitou aos mesmos o envio de contributos, dado que a candidatura terá que ser apresentada até ao dia 20 de agosto de 2024. A preocupação é prever-se um nível de intervenção que tenha impacto positivo porque caso contrário corre-se o risco de se estar a colocar recursos e depois não são mensuráveis os resultados da intervenção. Salientou que o município tem algumas competências mas quem tem o conhecimento das realidades são os agrupamentos. Nesse sentido, o município está como facilitador e pretende-se fazer o que for melhor para a comunidade. -----

O Vereador Alexandre Varela questionou os conselheiros e as conselheiras se queriam colocar mais alguma questão que não estivesse na ordem de trabalhos. -----

O Dr. Manuel Cabeça deixou uma sugestão que veio na sequência da reunião do Conselho Municipal de Educação, de alguns temas que se discutiram, que será equacionar que quando as salas na cidade estiverem preenchidas, nomeadamente em 1.º CEB e em particular no pré-escolar, que há vagas no jardim de infância Água de Lupe e no jardim de infância de Valverde que podiam ser preenchidas se houvesse apoio aos transportes escolares. Seria uma forma de ativar os jardins de infância das localidades mais pequenas do concelho. No jardim de infância de Valverde corre-se o sério risco de não ter crianças. -----

A Dr.ª Sara Fernandes, representante das Instituições do Ensino Superior Público, pediu a palavra para dar conhecimento que a Noite Europeia dos Investigadores (NEI) regressa a Évora no dia 27 de Setembro! Este ano o evento volta a realizar-se na Praça 1º de Maio (junto ao Mercado Municipal de Évora). No âmbito da NEI lança-se o Concurso escolar "SCIGLO(w) – Quem brilha és tu!", destinado a alunos do 3º ciclo e secundário que tem como principal objetivo sensibilizar a população estudantil para a importância da Ciência para responder aos desafios globais, particularmente os relacionados com a sustentabilidade social, ambiental e económica. Pede que o regulamento Concurso escolar "SCIGLO(w) – Quem brilha és tu!" seja enviado aos diretores dos Agrupamentos de Escola. Deu ainda conhecimento de preocupações sobre trânsito nas imediações escolares, nomeadamente junto às escolas Severim de Faria e Gabriel Pereira e informou que fará chegar à Divisão de trânsito da CME essas preocupações que lhe foram enviadas por um colega da UÉ. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças, em anexo. -----

Évora, dois de julho de dois mil e vinte e quatro.